



LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A.
CNPJ/MF Nº 60.444.437/001-46
NIRE Nº 33.001.064.48
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

A administração da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Companhia”) vem submeter à apreciação de seus debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (“Assembleia”) a ser realizada em 5 de abril de 2011, o que segue:

1. Com relação ao item “I” da ordem do dia da Assembleia:

Em cumprimento ao disposto na cláusula 4.11.1, (q) do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A., foi convocada a Assembleia para que os debenturistas da 5ª Emissão deliberem sobre a proposta de alteração dos índices e limites financeiros (“Covenants”) e sua respectiva metodologia de cálculo de maneira que a Emissora possa expandir seus planos de investimentos sem que prejudique suas obrigações perante seus credores.

Desta forma, propõe a Emissora a alteração da relação entre o total da Dívida Sênior e o EBITDA de menor ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pela relação entre Dívida Líquida e o EBITDA menor ou igual a 3,0 (três inteiros), conforme definições presentes na Escritura da 5ª Emissão.

Caso aprovada a presente proposta, a redação da cláusula 4.11.1 (q), passará a vigorar com a seguinte redação:

(q) decorrido 1 (um) ano da Data de Emissão e até o pagamento integral das Debêntures, não cumprimento, pela Light S.A., dos seguintes índices e limites financeiros aplicáveis à Light S.A. (“Índices e Limites Financeiros”), os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário:

1) Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA e o Total da Dívida Líquida e o EBITDA, conforme o caso:

<u>Total da Dívida Sênior</u> EBITDA	≤ 3,5 (três inteiros e cinco décimos), para o exercício social encerrado em 2007
<u>Total da Dívida Sênior</u> EBITDA	≤ 3,0 (três inteiros), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrado em 2008
<u>Total da Dívida Sênior</u> EBITDA	≤ 2,6 (dois inteiros e seis décimos), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrado em 2009
<u>Total da Dívida Líquida</u> EBITDA	≤ 3,0 (três inteiros), para os trimestres fiscais e o exercício social encerrados a partir de 1º de janeiro de 2010

Para os fins do disposto no item 1 acima:

“Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA” significa, em qualquer momento, a divisão do (a) Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Light S.A., no último dia do mais recente trimestre fiscal completo da Light S.A. pelo (ii) EBITDA da Light S.A. relativo aos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data ou próximo a tal data;

“Relação entre o Total da Dívida Líquida e o EBITDA” significa, em qualquer momento, a divisão do (a) Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Light S.A., no último dia do mais recente trimestre fiscal completo da Light S.A. deduzido de (b) Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras pelo (ii) EBITDA da Light S.A. relativo aos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data ou próximo a tal data;

“Total da Dívida Consolidada e Ajustada” da Light S.A. significa, em qualquer momento, o saldo de principal e juros a pagar total das Dívidas da Light S.A. e de subsidiárias desta, calculado em bases consolidadas, menos o saldo, à época, do valor total das Dívidas Subordinadas consolidadas;

“Dívida” significa, em relação a qualquer Pessoa, sem duplicidade, seja o recurso aos bens de tal pessoa total ou parcial e contingente ou não, (i) todas as obrigações de tal Pessoa por recursos tomados em empréstimo, (ii) todas as obrigações de tal Pessoa evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares, incluindo qualquer obrigação oriunda da aquisição de bens ou negócios, (iii) todas as obrigações de tal Pessoa relativas à venda condicional ou outras formas de contrato de retenção de titularidade relacionadas a bens adquiridos por tal pessoa, (iv) todas as obrigações de reembolso de tal Pessoa relacionadas a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos em benefício de tal Pessoa, em razão de obrigações derivadas de empréstimo em dinheiro, (v) todas as obrigações de tal Pessoa em relação ao preço pendente de compra de bens ou serviços (inclusive contratos de recompra de valores mobiliários, mas excluindo contas a pagar ou outros encargos incorridos resultantes do curso normal dos negócios e que não estejam vencidos ou que estejam sendo contestados em boa-fé), (vi) todas as obrigações de tal Pessoa relacionadas a contratos de locação, ou arrendamento, ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, (vii) todas as obrigações de tal Pessoa de resgatar, reembolsar ou de qualquer forma realizar pagamento relacionado a ações de emissão de tal Pessoa, (viii) obrigações líquidas (se existentes) em decorrência de contratos de hedge de taxa de juros ou de proteção cambial de tal Pessoa, conforme constante das demonstrações financeiras (ou balancetes) de tal Pessoa relativas ao último trimestre fiscal, (ix) todas as Dívidas de terceiros garantidas por (ou com relação às quais o devedor tenha o direito, de qualquer forma, de ter sua Dívida garantida por) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos por tal Pessoa, (x) toda obrigação de terceiros, semelhante àquelas previstas nas alíneas (i) a (viii) acima, cujo pagamento tenha sido garantido por tal Pessoa, (xi) todas as obrigações ou garantias de obrigações relacionadas a fundos e/ou planos de pensão, e (xii) todas as obrigações ou garantias de obrigações dos tipos mencionados nas alíneas (i) a (xi) acima, por meio das quais a Pessoa tenha criado um ônus sobre qualquer de seus bens de forma a garantir ou assegurar tal obrigação. A Dívida da Light S.A. não deve, entretanto, incluir Dívidas Subordinadas ou (a) qualquer obrigação relacionada à dívida passada referente ao PIS - Programa de Integração Social, à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ao INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social e/ou ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (b) qualquer contingência relativa a fundos de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00) ou (c) qualquer obrigação incorrida em virtude do Programa de Eficientização de Energia;

“Pessoa” empregada nesta definição deve ser entendida como a Light S.A. ou qualquer de suas subsidiárias;

“Dívida Líquida” significa “Dívida” menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Caixa” e “Equivalentes de Caixa” incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento em até 3 meses e sem perda significativa de valor. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado;

“Aplicações Financeiras” incluem valores aplicados financeiramente, porém com alguma restrição de resgate, não sendo caracterizados como de liquidez imediata pela Companhia. As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio de resultado;

“Dívida Subordinada” significa qualquer Dívida da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias que estejam, em todos os aspectos, subordinadas às obrigações da Emissora com relação às Debêntures e cujas datas de pagamento de principal somente ocorram após a quitação integral dos valores devidos aos titulares das Debêntures;

“EBITDA” significa, para qualquer período, o Lucro Líquido da Light S.A. e de suas subsidiárias, calculado de forma consolidada para tal período, acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (a) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido, (b) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (c) despesa de amortização e depreciação, (d) perdas extraordinárias e não recorrentes e (e) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, menos, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (i) receitas financeiras, (ii) quaisquer ganhos extraordinários e não recorrentes, e (iii) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;

“Lucro Líquido” significa, para qualquer período, o lucro líquido (ou prejuízo) da Light S.A. e de suas subsidiárias, em bases consolidadas, para o período em questão e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo quaisquer ganhos resultantes de conversão de moedas); considerando que devem ser excluídos (a) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a mesma tornou-se uma subsidiária da Light S.A. ou tenha sido incorporada ou fundida à Light S.A. ou suas subsidiárias, (b) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Light S.A. ou suas subsidiárias, (c) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis, (d) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais, (e) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregados, (f) lucro líquido de operações descontinuadas e (g) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (a) a (f) acima; e

“Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos” significa, em qualquer período, a despesa consolidada de juros brutos relacionada a empréstimos e outros financiamentos (incluindo quaisquer valores adicionais a serem pagos em virtude de tais obrigações sujeitas ao pagamento de juros), incluída na demonstração consolidada de resultado, sem dedução de qualquer receita proveniente de juros, da Light S.A. ou suas subsidiárias para tal período, calculada de forma consolidada, incluindo, sem duplicação (ou na medida em que não esteja incluído ou adicionado) (i) quaisquer pagamentos ou taxas relacionados a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos ou concedidos por conta da Light S.A. ou de qualquer de suas subsidiárias em relação a empréstimo ou outro tipo de financiamento; e (ii) parcelas de qualquer obrigação relacionada a contratos de locação, ou arrendamento, ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, pagas durante o referido período, determinadas em bases consolidadas, mas excluindo (x) os efeitos de qualquer variação cambial que não configurem movimentação de caixa e (y) na medida em que incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, os juros pagos pela Light S.A. e suas subsidiárias em relação a qualquer obrigação descoberta relativa a fundo de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00).

2. Com relação ao item “II” da ordem do dia da Assembleia:

Em cumprimento ao disposto na cláusula 4.11.1, (n), “e” do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A., também foi convocada a Assembleia para que os debenturistas da 5ª Emissão deliberem sobre a operação societária que se encontra em andamento na Light S.A., Garantidora das Debêntures da 5ª Emissão, que importará em modificação na composição do controle societário indireto da Light Serviços de Eletricidade S.A., Emissora das Debêntures da 5ª Emissão, e Light Energia S.A., Garantidora, em conjunto com a Light S.A., das Debêntures da 5ª Emissão.

A CEMIG celebrou com a Enlighted Partners Venture Capital LLC (“ENLIGHTED”), em 24 de março de 2010, Contrato de Opção de Venda de Cotas e Outras Avenças (“Opção”), conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 25 de março de 2010.

A Opção tem como objeto a outorga de opção de venda à CEMIG, ou terceiro por ela indicado, das cotas do Luce Investment Fund Energy Series (“LIF”), que detém 75% das cotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (“FIP Luce”). O exercício da Opção implica na alienação, total ou parcial, do controle do FIP Luce (do qual a Fundação Braslight de Seguridade Social - “Braslight” detém 25% das cotas) que, por sua vez, é detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”), de aproximadamente 13,03% do capital social total e votante da Light S.A.

Conforme Fato Relevante e Comunicado ao Mercado divulgados pela Light S.A. em 07 de outubro de 2010 e 11 de outubro de 2010, respectivamente, a ENLIGHTED exerceu em favor da CEMIG a opção de venda de até 75% das cotas do FIP Luce.

Nos termos do contrato celebrado entre CEMIG e ENLIGHTED mencionado acima, a CEMIG indicou a Parati S.A. – Participações em ativos de Energia Elétrica (“SPE Parati”, definida abaixo) para implementar as condições previstas na Opção, de maneira que a SPE Parati passe a deter a participação direta ou indireta, conforme o caso, na Light S.A.

A SPE Parati é uma sociedade devidamente constituída de acordo com as leis brasileiras, cujo capital é formado pela CEMIG, com participação de até 50% das ações ordinárias, pelo Fundo de Investimento em Participações Redentor (“FIP Redentor”) constituído sob a forma de condomínio fechado, conforme o disposto na Instrução CVM nº 391/03, com participação de pelo menos 50% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais.

A presente operação está sob análise da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, bem como dos demais agentes financeiros da Emissora e suas Garantidoras.

Ante o exposto, vimos submeter aos Senhores Acionistas a presente proposta de aprovação de alteração dos índices e limites financeiros (“Covenants”) e sua respectiva metodologia de cálculo, bem como a anuência à operação societária que se encontra em andamento na Light S.A.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2010.

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Sergio Alair Barroso
Presidente do Conselho de Administração
